Anúncio n.º 3939/2007**Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 458/07.7TBOVR**

Insolvente — FLEXCABOS — Condutores Eléctricos, L.^{da}
Presidente da comissão de credores — Helukabel, G. m. b. H., e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolvente FLEXCABOS — Condutores Eléctricos, L.^{da}, número de identificação fiscal 504149644, com endereço na Rua de Moçambique, 28, Zona Industrial de Ovar, 3880-000 Ovar, e administrador de insolvência Napoleão de Oliveira Duarte, com endereço na Rua da Agra, 20, sala 33, Porto, 4150-025 Porto, ficam notificado todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 12 de Julho de 2007, pelas 15 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

31 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *José Miguel Moreira*. — O Oficial de Justiça, *Amália Sousa*.

2611023127

**2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA
E MENORES E DE COMARCA DE PORTIMÃO****Anúncio (extracto) n.º 3940/2007****Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 498/07.6TBPTM**

Insolvente — Sebastião M. Freire, L.^{da}

No 2.º Juízo Cível do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, no dia 27 de Fevereiro de 2007, pelas 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Sebastião M. Freire, L.^{da}, número de identificação fiscal 501318623, com sede na Rua do Marquês de Pombal, sem número, 8400-000 Lagoa.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr José Estêvão Pinto de Oliveira, número de identificação fiscal 126074640, com domicílio na Praceta do Outeiro da Vela, 155, 5.º, B, 2750-455 Cascais.

É legal representante da devedora José Manuel Monteiro Morais, a quem é fixado domicílio no Largo do Comandante Gusse, Bairro de Nossa Senhora de Fátima, Huambo, Angola.

Conforme a sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para a satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

18 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Maria Leonor Couto*.

2611023277

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS**Anúncio n.º 3941/2007****Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 521/07.4TBPMS**

Requerente — MARGON — Mat. e Revest. Modernos para Edifícios, S. A.

Devedor — Cerâmica Feteira, L.^{da}

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, no dia 22 de Maio de 2007, às 14 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Cerâmica Feteira, L.^{da}, número de identificação fiscal 503326232, com endereço no lugar de Tremoceira, Porto de Mós, 2480 Porto de Mós, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor Nuno Fernando Santos Feteira, residente na Rua do Engenheiro Monteiro da Conceição, 39, Corredoura, Porto de Mós, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.^a Alexina Vila Maior, com endereço na Rua do Conselheiro Luís de Magalhães, 64, 4.º, sala Af, 3800-239 Aveiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13 de Julho de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repar-